

7.03.99 - Antropologia.

## **MINERAÇÃO COMO FORMA DE VIDA E MORTE: ENTRE A DEPENDÊNCIA E O DESASTRE EM MARIANA - MG.**

Jéssica Lorrany de J. Silva<sup>1</sup>, Andréa Luisa M. Zhouri<sup>2</sup>

1. Bacharela em Ciências Socioambientais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
2. Profa. do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG/ Orientadora.

### **Resumo**

A pesquisa teve como foco o processo de vivência do desastre em Mariana e a inserção do movimento “Justiça sim, desemprego não” nesse contexto crítico; pretendeu identificar os elementos que contribuíram para a dependência de Mariana com a mineração, as afetações causadas pelo rompimento da barragem de Fundão e analisar como se manifesta a ideologia do desenvolvimento via crença na mineração como forma de vida. Para tanto, foi mobilizada bibliografia sobre a história de Mariana, mineração e desastres, realizada pesquisa em documentos públicos de instituições nacionais e internacionais, e a partir de relatos, entrevistas e declarações públicas de diferentes atores. Assim, foi possível identificar uma forte construção do *ethos* marianense vinculado à mineração, embora a relação de dependência não seja incorporada inquestionavelmente pelos sujeitos. Pelo contrário, os discursos levantam possibilidades para se pensar em outras formas de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Samarco; barragem; desenvolvimento.

**Apoio financeiro:** CNPq

**Trabalho selecionado para a JNIC:** UFMG.

### **Introdução**

A cidade de Mariana surgiu e cresceu em torno da exploração mineral a partir do século XVII (SOBREIRA, 2014; COSTA, 2017; SILVA, 2019), e ao longo dos anos, a mineração e as mineradoras constituíram uma boa fama entre os marianenses. Como moradora da região, por anos estive rodeada de pessoas que mantinham relações de trabalho com as mineradoras, e motivada pelas inúmeras promessas de prosperidade em torno da atividade extrativista, cursei o técnico em mineração. Nesse período, pude acompanhar mais de perto a crença na técnica, na metodologia de recuperação de áreas degradadas e nas mineradoras (principalmente a Samarco).

Já na graduação, em 2015, o rompimento da barragem de Fundão em novembro daquele ano, me surpreendeu não apenas por colocar à baixo a crença local sobre as maravilhas da mineração como forma de vida, mas também por evidenciar outra faceta dessa atividade: a mineração como forma de morte.

Quando ingressei no Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, em 2017, passei a contribuir em projetos de pesquisa e extensão sobre o desastre de Fundão e suas afetações. Durante a iniciação científica, me dediquei a estudar o processo de vivência do desastre em Mariana e a inserção do movimento “Justiça sim, desemprego não” nesse contexto crítico, buscando compreender as percepções de membros e ex-membros deste grupo acerca da presença da mineração e, principalmente, da mineradora Samarco no município.

Tal pesquisa resultou na monografia intitulada “Mineração como forma de vida e morte: entre a dependência e o desastre em Mariana – MG”, que teve como objetivos identificar elementos que tenham contribuído para a dependência econômica de Mariana com a mineração, no contexto da instalação da Samarco na cidade; as afetações causadas pelo rompimento da barragem de Fundão e o processo de vivência do desastre; analisar como se manifesta a ideologia do desenvolvimento via crença na atividade mineradora como forma de vida, através dos discursos de membros e ex-membros do movimento “Justiça sim, desemprego não”.

### **Metodologia**

O aparato bibliográfico foi mobilizado a partir de um conjunto de autores e autoras que tratam dos temas relacionados à história de Mariana, à mineração e à desastres. A pesquisa foi feita também em documentos públicos do Banco Mundial, da Fundação Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais, do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, do Instituto Brasileiro de Mineração, da Organização Mundial do Comércio, da mineradora Samarco S. A., e no acervo do Jornal A Sirene (editado e publicado por atingidas e atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, em parceria com movimentos sociais, assessorias direcionadas aos atingidos, e grupos técnicos das Universidades Federais de Ouro Preto e de Minas Gerais, desde fevereiro de 2016).

Para o levantamento de dados relativos à realidade empírica, foram realizados trabalhos de campo em Mariana, com observação participante em reuniões, assembleias e eventos organizados pelas Comissões de Atingidos, pelo Ministério Público Estadual de Minas Gerais, pela assessoria técnica dos atingidos e atingidas em Mariana – a Cáritas Brasileira; e também em oficinas de Cartografia Social feitas pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. O contato com o movimento “Justiça sim, desemprego não” foi iniciado através da página

criada na rede social Facebook que leva o nome do movimento, e prosseguiu via telefone e depois pessoalmente, com encontros para entrevistas em Mariana. A maior dificuldade encontrada no contato com interlocutores do movimento foi em conquistar a confiança da liderança do grupo. Fui questionada se era à favor ou contra a mineração, já que era aluna do curso de Ciências Socioambientais. Nessa situação, apresentar minha formação como técnica em mineração abriu a porta necessária não apenas para a primeira entrevista, mas para que as demais fossem possíveis.

A partir disso, foram analisados os relatos de atingidos e atingidas da comunidade de Paracatu de Baixo, as entrevistas com membros e ex-membros do movimento “Justiça sim, desemprego não”, e examinadas declarações públicas de ambientalistas, de atingidos, de trabalhadores da mineração e do prefeito de Mariana, concedidas à mídia ou durante eventos que tiveram o desastre como tema. Por fim, o material qualitativo foi organizado em oito categorias analíticas, que nortearam a investigação e discussão dos resultados observados. São elas: 1) dependência; 2) o dia do rompimento; 3) o marianense e o outro; 4) perfil das entrevistadas (aqui referente à membros e ex-membros do movimento “Justiça sim, desemprego não”; 5) relação das entrevistadas com as empresas (Vale, Samarco, BHP e Fundação Renova); 6) relação das entrevistadas com o movimento “Justiça sim, desemprego não” (como conheceram e entraram para o grupo, quais atividades desempenhavam, o motivo de deixarem o movimento, entre outras coisas); 7) relação do movimento “Justiça sim, desemprego não” com outros movimentos e com os atingidos; 8) vivência do desastre.

### Resultados e Discussão

O processo produtivo da mineração se concentra nas áreas da mina, mas não se limita à esse território (SILVA, 2019). No aspecto físico há uma mineralização e uma mineração também dos corpos que são explorados, assim como o minério de ferro, até a exaustão (ARAÓZ, 2013). Ainda mais além, a subjetividade e a consciência das pessoas são igualmente mineradas, posto que são extraídas as potencialidades criativas e deixadas as relações de dependência (assim como é levado o minério e deixado o rejeito). Esse processo produtivo ultrapassa as cercas da empresa, cria teias de dependências moral, política e econômica. É construída uma ideia de gratidão, uma dívida moral da população para com a empresa mineradora, por sua existência na cidade.

A barragem de rejeitos de Fundão, da Samarco Mineração S. A., se rompeu no dia 05 de novembro de 2015, devastando a biodiversidade do Rio Doce, soterrando e interrompendo histórias, projetos, relações, práticas sociais e modos de vida. A partir do rompimento, iniciou-se um processo de vivência desse desastre, que se desdobra com simultâneas consequências físicas, econômicas e psicológicas, que se perpetuam na forma de fantasmas que rondam a memória e intensificam o medo, numa linha tênue entre vida e morte.

Nesse sentido, a crise pode ser entendida como a ruptura de uma estrutura social. Ela envolve um episódio crítico e um processo crônico (OLIVER-SMITH, 1999; VIGH, 2008). Como bem colocado pela antropóloga Veena Das (2011), o ordinário não é de fato interrompido para que o extraordinário aconteça. O rompimento da barragem enquanto episódio/ evento crítico não marca o fim ou uma ressalva da vida cotidiana. Os acontecimentos pós rompimento da barragem de Fundão são consequências das ações adotadas pelas empresas e pelos órgãos públicos na gestão da crise, se perpetuam através do tempo e do espaço de forma que não haja um ponto final para o desastre (ZHOURI et. al., 2017). Atualmente os diferentes grupos (atingidos, trabalhadores, comerciantes, etc) vivem – em condições e intensidades diferentes – o processo crônico, uma crise constante. E há a possibilidade de que os marianenses continuem, ao longo dos próximos anos, a viver a crise como a vida normal (CRIA, 2009), pequenas crises cotidianas resultantes de um processo complexo, de um desastre que se renova.

### Conclusões

A pesquisa mostrou que a relação de dependência para com a mineração não passa despercebida pelos sujeitos, mesmo que tenha raízes nas origens da cidade e na formação da identidade dos marianenses. Isso me trouxe ânimo para encerrar minha iniciação científica com algum otimismo, com hipóteses sobre as possibilidades de criação de mecanismos que desenvolvam independência econômica através da diversidade, diferente do que o município vive com o atual modelo de desenvolvimento baseado na exportação de minério. Não posso afirmar com certeza, que condições e quanto tempo esse processo demanda, mas é de amplo conhecimento que a mineração em Minas Gerais está em colapso. O antropólogo Arturo Escobar (2007) afirma que o desmantelamento do modelo hegemônico de desenvolvimento implica na descontinuidade de uma prática discursiva existente há décadas, que levou a anos de políticas e programas irresponsáveis. Escobar (2007, p. 364) explica que esse processo de desconstrução é lento e doloroso, e que não existem receitas ou soluções fáceis, não existem fórmulas prontas, ou alternativas aplicáveis à todas as situações. Acosta (2016, p. 64) diz, ainda, que “a grande tarefa, sem dúvida, é construir não apenas novas utopias, mas também a possibilidade de imaginá-las”.

As experiências de Argentina, Peru, Costa Rica, Estados Unidos da América, Filipinas e Equador, analisadas por Milanez et al (2014), mostram que “a institucionalização de mecanismos condicionantes, restritivos e/ou proibitórios ao extrativismo mineral constituiu, sempre, uma etapa dentre outras de um longo processo de contestação social” (MILANEZ et al, 2014, p. 23), não sendo, por outro lado, a etapa final de nenhum dos processos estudados pelos autores. No entanto, se a crise se configura como um ponto cego, de onde é possível levantar questionamentos (ROITMAN, 2016), nesse contexto em que, pelo desenvolvimento, “aceita-se

a grave destruição humana e ecológica provocada pela megamineração, mesmo sabendo que ela aprofunda a modalidade de acumulação extrativista herdada da colonização” (ACOSTA, 2016, p. 51), identificar a relação de dependência pode ser um dos primeiros passos para se pensar que outra realidade socioambiental é possível.

### Referências bibliográficas

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária. Elefante. 2016.
- ARAÓZ, Horacio Machado. **Entre la fiebre del oro y el polvo de las voladuras: Cuerpos y emociones en contextos de mineralización**. in: Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad. N°11. Año 5. Abril 2013 - Julio 2013. Argentina. pp. 21-33.
- COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e Baianeiros: A configuração do englobamento. da exclusão e do entre-lugar em Minas Gerais**. Montes Claros. Editora Unimontes. 2017.
- CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia. **A crise é a vida normal: A antropologia face à Crise**. Fundação Calouste Gulbenkian. Programa Próximo Futuro. Workshop “Respostas à Crise”. 2009.
- DAS, Veena. **O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade**. Cad. Pagu, Campinas, n. 37, p. 9 a 41, dez/2011.
- ESCOBAR, Arturo. **La invención del tercer mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo**. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007. Disponível em: < <https://cronicon.net/paginas/Documentos/No.10.pdf>>. Acessado em junho de 2019.
- MILANEZ, B.; LÓPEZ, D.; SCOTTO, G.; MANSUR, M.; SANTOS, R. Introdução. In: MALERBA, Julianna (org.). **Diferentes formas de dizer não: experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral**. Rio de Janeiro: Fase, 2014. pp. 19 – 25.
- OLIVER-SMITH, Anthony – What is a disaster? Anthropological Perspectives on a Persistent Question. In: A. Oliver-Smith and S. Hoffman (eds) **The Angry Earth. Disaster in Anthropological Perspective**. Routledge, 1999.
- ROITMAN, Janet. The Stakes of Crisis. In P. kjaer, and N. Olsen, eds. **Critical Theories of Crisis in Europe**, Rowman & Littlefield International, 2016. Disponível em: < <http://drive.google.com/file/d/0B5RX4kUysDhKclZiR3NwZGREZzA/view>>. Acessado em janeiro de 2019.
- SILVA, Jéssica Lorrany de Jesus. **Mineração como forma de vida e morte: entre a dependência e o desastre em Mariana – MG**. Monografia. Graduação em Ciências Socioambientais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.
- SOBREIRA, Frederico. **Mineração do ouro no período colonial: alterações paisagísticas antrópicas na serra de Ouro Preto, Minas Gerais**. Quaternary and Environmental Geosciences, [S.l.], v. 5, n. 1, set. 2014. pp. 55 - 65. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/abequa/article/view/34432/23233>>. Acessado em: 25 abr. 2018.
- VIGH, Henrik. **Crisis and Chronicity: Anthropological Perspectives on Continuous Conflict and Decline**. Ethnos: Jornal de Antropologia, Volume 73, edição 1, 2008, p.5-24.
- ZHOURI, Andréa, OLIVEIRA, Raquel, ZUCARELLI, Marcos e VASCONCELOS, Max. O desastre da mineração no Rio Doce, Brasil: entre a gestão da crise e a política das afetações. Artigo publicado in; Andréa Zhouri (org.) **Dossiê Mining, Violence, Resistance**. Vibrant, v. 14, n.2, agosto de 2017.